

8h00 - 9h00 CREDENCIAMENTO

9h00 - 10h00 ABERTURA

MOREIRA FRANCO - Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República

BENJAMIN ZYMLER - Ministro do Tribunal de Contas da União

MARILENE RAMOS - Diretora da Área de Energia, Área de Gestão Pública e Socioambiental e Área de Saneamento e Transporte

SERGIO FRANKLIN QUINTELLA - Vice-Presidente da FGV

CESAR CUNHA CAMPOS - Diretor da FGV Projetos

10h00 - 11h30 PAINEL 1: MARCO LEGAL

BENJAMIN ZYMLER - Ministro do Tribunal de Contas da União

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - Ministro do Superior Tribunal de Justiça

CARLOS ARI SUNDFELD - Professor da FGV/Direito SP

MARÇAL JUSTEN FILHO - Advogado

MODERADOR: MARCO AURÉLIO BELLIZZE - Ministro do Superior Tribunal de Justiça

MARCO LEGAL

Saber como adequar o marco legal referente às concessões e às parcerias público-privadas é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do setor de infraestrutura brasileiro. O respeito ao marco legal propicia um ambiente de segurança jurídica capaz de gerar confiança e credibilidade junto aos agentes econômicos, estimulando-os a investir. Além disso, as normas legais garantem a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do negócio, em especial, no que diz respeito à previsão da intervenção adequada dos entes reguladores, que devem atuar quando necessário. Todos esses temas serão pauta de discussão deste painel, que abordará também a importância do marco legal se manter atual para acompanhar as mudanças de mercado e a evolução tecnológica e o estabelecimento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Por último, será debatida a adequação do marco legal às necessidades de promoção do investimento privado em infraestrutura, sobretudo no que concerne aos incentivos concedidos aos agentes econômicos.

11h30 - 12h30 PAINEL 2: ENERGIA ELÉTRICA

FERNANDO BEZERRA - Ministro de Minas e Energia

TIAGO DE BARROS CORREIA - Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

MOZART SIQUEIRA - Engenheiro Elétrico Sênior no Grupo Brennand

MODERADOR: BENJAMIN ZYMLER - Ministro do Tribunal de Contas da União

ENERGIA ELÉTRICA

Este painel fará uma reflexão pormenorizada sobre os principais desafios com que o setor de energia elétrica terá de lidar para alavancar novas concessões. Os assuntos são os mais diversos e variam desde os atrasos em empreendimentos ligados à geração e transmissão de energia elétrica, que costumam ser relacionados à demora na atuação de órgãos ambientais e de instituições como a Funai e o Ministério Público, até os riscos cambiais envolvendo grandes investimentos na geração de energia e a gestão de riscos para os investidores associada, principalmente, à não conclusão de obras. Também estão inseridas no debate questões relativas ao planejamento do setor, à superação de deficiências na estruturação de projetos, sobretudo, os de expansão hidrelétrica, à atratividade dos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica e ao desempenho insatisfatório por parte de algumas concessionárias, especialmente, no setor de distribuição. O painel contemplará ainda assuntos mais pontuais como a necessidade de desenvolver planos de contingência frente à eventual elevação de risco hidrológico, o excesso nível de perdas técnicas e não técnicas nas redes de distribuição de energia elétrica e a ineficiência e falta de transparência na fixação de encargos setoriais embutidos na tarifa de energia elétrica.

12h30 - 13h30 ALMOÇO

13h30 - 14h30 PAINEL 3: TELECOMUNICAÇÕES

BRUNO DANTAS - Ministro do Tribunal de Contas da União

IGOR VILAS BOAS DE FREITAS - Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel

MODERADOR: RICARDO COUTO - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Professor da Fundação Getulio Vargas

SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

O painel abordará a situação dos bens reversíveis nas concessões de telefonia fixa, seu conceito, valor, necessidade de devolução e possibilidade de conversão em investimentos. Discutirá ainda, o conteúdo e o cumprimento dos termos de ajustamento de conduta no tocante à troca de multas e de dívidas das concessionárias por novos investimentos, refletindo-se sobre a participação dos órgãos de controle nesse processo e quais são seus limites, bem como as vantagens e desvantagens da mudança de concessão para autorização na telefonia fixa. Outros assuntos remetem à fiscalização da arrecadação e da aplicação dos recursos de fundos como os de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

14h30 - 15h30 PAINEL 4: PORTOS

MARIO POVIA - Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

GUILHERME PENIN - Diretor para assuntos Regulatórios e Institucionais da Empresa Rumo e ex-Secretário de Portos do Governo Federal

EDUARDO XAVIER - Diretor de Regulação e Sustentabilidade - Prumo Logística Global

MODERADOR: CARLOS AUGUSTO COSTA - Diretor Adjunto de Mercado da FGV Projetos

SETOR DE PORTOS

O impacto da cobrança da *Terminal Handling Charge*, ou taxa de manuseio da carga no terminal portuário, sobre a competitividade do modal portuário, a desestatização de terminais portuários e a renovação antecipada de arrendamentos de portos são alguns dos assuntos centrais do painel sobre os rumos das concessões no setor portuário. Também estão na agenda de discussão o adensamento de áreas dentro do porto organizado, seus requisitos e procedimentos, a adoção da arbitragem para solucionar conflitos no setor e o uso do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) em estudos voltados para subsidiar os processos de desestatização.

15h45 - 16h45 PAINEL 5: AEROPORTOS

MARCELO GUARANYS - Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil e ex-Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac

DANIEL KETCHIBACHIAN - Presidente da Inframerica - Concessionária dos Aeroportos de Brasília e Natal

MODERADOR: GUILHERME HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA - Assessor Tribunal de Contas da União

AEROPORTOS

Discutir as melhores formas de proceder frente às dificuldades das concessionárias de infraestrutura aeroportuária devido a pendências financeiras ou à inviabilidade de cumprimento do contrato é o ponto de partida do painel sobre concessão de aeroportos. Em debate, estão as medidas que devem ser tomadas: a postergação dos pagamentos ou o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, para resolver as pendências financeiras, e a alteração de prazos da concessão, a rescisão contratual ou a realização de nova licitação, para solucionar o impasse de execução contratual. Também serão debatidos a competência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar os investimentos realizados pelas concessionárias que possuem participação acionária da Infraero e os pontos fundamentais para o sucesso de leilões de concessão futuros.

16h45 - 17h45 PAINEL 6: RODOVIAS

WEDER DE OLIVEIRA - Ministro do Tribunal de Contas da União

ADALBERTO SANTOS VASCONCELOS - Secretário-Adjunto do Programa de Parcerias e Investimento.

JORGE LUIZ MACEDO BASTOS - Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

CÉSAR BORGES - Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

MODERADOR: GUILHERME HENRIQUE DE LA ROCQUE ALMEIDA - Assessor do Tribunal de Contas da União

R O D O V I A S

A questão dos contratos é o mote principal de discussão do painel sobre concessões de rodovia. A proposta é que sejam discutidas e analisadas as possibilidades de se promoverem algumas adequações contratuais, tais como: a prorrogação de contratos antigos, da primeira rodada de licitações, e que não previam a ampliação de prazo; a realização de novos investimentos pela prorrogação contratual; a alteração de contratos quanto ao nível do serviço ou à qualidade da rodovia, com a consequente revisão do pedágio ou do prazo; a alocação do risco de demanda para o usuário, em contratos mais recentes, como meio de compensar a necessidade de obras para se alcançar o nível de serviço estabelecido em contrato. Outros pontos importantes para a concessão rodoviária referem-se não só ao aporte de recursos orçamentários para a realização de obras que, em alguns casos, não estavam previstas no objeto da concessão, como também à inclusão em fluxo de caixa marginal da remuneração e da depreciação de investimentos realizados com recursos orçamentários, com impacto no valor dos pedágios. Por fim, ainda será analisado o relacionamento entre concessionárias e partes relacionadas.

17h45 - 18h30 PAINEL 7: TRIBUTAÇÃO NO SETOR DE CONCESSÕES

ANA CAROLINA MONGUILOD - Centro de Tributação FGV

JOSÉ ROBERTO AFONSO - Pesquisador do FGV/IBRE

LÍVIA AMORIM - Pesquisadora no Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV

MODERADOR: RICARDO SIMONSEN - Diretor Técnico da FGV Projetos

T R I B U T A Ç Ã O

A questão das tributações é um duplo desafio para as concessões. O peso das tributações pode gerar entraves para a atração de investimentos e a criação de novas concessões. Não apenas comprometem, muitas vezes, um significativo montante do retorno financeiro da concessionária, como impõem processos burocráticos extremamente complexos que tornam processos morosos e não raro incorrem em perdas financeiras. Soma-se a isso a guerra fiscal praticada entre os estados, que atraem determinadas empresas em função de condições tributárias especiais, gerando desequilíbrios ao pacto federativo e aumentando a desigualdade econômica e de serviços. Este painel se dedica a debater essas questões, avaliando a carga tributária, seus impactos e possíveis soluções para a saúde dos negócios e serviços prestados.